

Estudo indica que portugueses vão precisar este ano de trabalhar muito

139 dias só para pagar impostos

Na apresentação do estudo, Pinto Barbosa referiu o caso da Suécia, país onde os contribuintes precisarão de trabalhar até meados de Junho para atingirem o seu DLI, mas sem qualquer sentimento de insatisfação, uma vez que as contrapartidas que recebem do Estado são vistos como largamente compensadores.

Os portugueses vão precisar este ano de trabalhar 139 dias, até ao dia 19 de Maio, só para pagar impostos e apenas daí em diante o salário se torna verdadeiro rendimento líquido, indica um estudo apresentado ontem.

O Dia de Libertação dos Impostos (DLI), em que a cobertura da carga fiscal pelos rendimentos dos cidadãos fica completa, acontece este ano a 19 de Maio, mais um dia de trabalho consumido pelo fisco que no ano passado, indica o estudo realizado pelo Gabinete de Análise Económica da Universidade Nova de Lisboa, em colaboração com a Associação Industrial Portuguesa (AIP).



Para o coordenador do estudo, António Pinto Barbosa, o indicador DLI não diz, no entanto, nada em relação às contrapartidas dadas pelo Estado aos contribuintes pelo cumprimento das suas obrigações fiscais.

Na apresentação do estudo, Pinto Barbosa referiu o caso da Suécia, país onde os contribuintes precisarão de

trabalhar até meados de Junho para atingirem o seu DLI, mas sem qualquer sentimento de insatisfação, uma vez que as contrapartidas que recebem do Estado em serviços e o retorno da carga fiscal em benefícios sociais são vistos como largamente compensadores.

"O DLI pode ser mais pequeno e

estar associado a uma menor qualidade de serviços recebida em contrapartida ou pode ser maior e representar uma maior qualidade dos serviços que se recebe em troca", disse o professor da faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

O coordenador do estudo, que teve este ano a sua quarta edição, não aponta um 'dia óptimo' como DLI, mas o presidente da AIP, Jorge Rocha de Matos, afirmou que, sendo difícil apontá-lo em termos quantitativos, em termos de sensibilidade da população esse dia seria "aquele em que as pessoas não reclamam tendo em conta aquilo que recebem em relação àquilo que pagam".

Pinto Barbosa identificou ainda um efeito de "anestesia" em relação à carga fiscal, explicado pelo fraccionamento do pagamento dos impostos ao longo do ano, que não permite aos contribuintes lerem a real percepção do peso da carga tributária, criando aquilo a que chama "ilusão fiscal".

"O governo, conhecedor desta anestesia, tende a aproveitar para distribuir o peso dos impostos da maneira menos dolorosa e [à qual] os contribuintes oferecem menos resistência", explicou. ■



Protocolo em prol da economia regional

Contribuir conjuntamente para a sustentabilidade da economia regional, assim como para a sua diversificação e para o apoio aos jovens empreendedores são algumas das linhas basilares do protocolo celebrado ontem à tarde entre a AJEM e a delegação regional da Ordem dos Economistas.

As duas instituições pretendem unir sinergias e proceder à participação conjunta em áreas de interesse mútuo. Pela parte da Associação de Jovens Empresários Madeirenses, Jaime Filipe Ramos, presidente da direcção, disse ser importante haver uma maior aproximação entre estruturas associativas no sentido de trabalharem conjuntamente em prol da economia insular.

Recordou que a AJEM há muito que tem a vertente inovadora onde o empreendedorismo é uma das componentes mais notórias.

O jovem empresário sublinhou que há todo o interesse em estimular, melhorar, aperfeiçoar e possibilitar o surgimento de uma melhor economia, atractiva para os jovens criarem os seus próprios empregos.

Eduardo Jesus, presidente da delegação regional da Ordem dos Economistas, frisou que num espaço como o regional, escasso, não faz sentido haver atropelos na realização de iniciativas pelo que só há a ganhar com as sinergias conjuntas.

Nesse âmbito, diria que o surgimento do presente protocolo traduz a existência de um universo que é comum. «Podemos fazer coincidir interesses em prol do desenvolvimento da economia regional com ganhos», disse, a propósito.

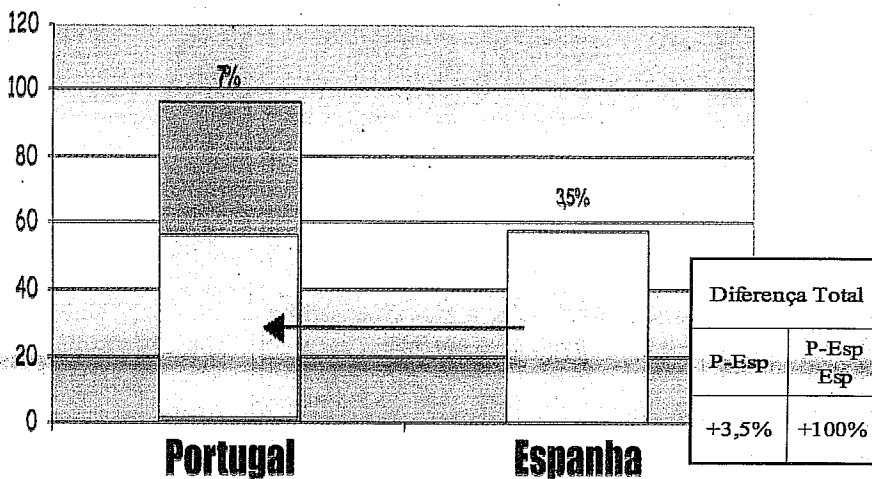
Quanto aos termos do acordo estabelecido entre as partes, ficou assente a partilha de apoios mútuos em áreas como a informação de cada uma das entidades, a cooperação técnica, a participação em organizações de eventos como seminários e congressos e, finalmente, o desenvolvimento de acções de formação. ■

Paulo Alexandre Camacho

A TENDÊNCIA (?)

Taxa de Absenteísmo em Portugal e Espanha, 2005

Absenteísmo: Hora / Ano/Trabalhador



Fontes: Espanha: Encuesta de Conyuntura Laboral, 2005

Portugal: Balanço Social 2005, Direcção Geral de estudos, estatística e planeamento

Comentário ao gráfico:

O absentismo em Portugal (7%) é o dobro do espanhol. Os portugueses faltam em média 16 dias por ano ao trabalho e o Estado gasta com baixas por doença (?) 457 milhões de euros. Se fosse possível termos o absentismo espanhol a nossa produtividade e PIB aumentariam 3,5%... Comentário?



Jorge A. Vasconcellos e Sá
Mestre Drucker School
PhD Columbia University
Professor Catedrático



Vasconcellos e Sá
Associados, S. A.
nop1867@mail.telepac.pt